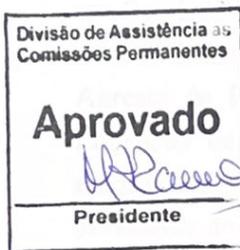




ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"Casa de Epitácio Pessoa"
Comissão Permanente de Desenvolvimento,
Turismo e Meio Ambiente

ATA



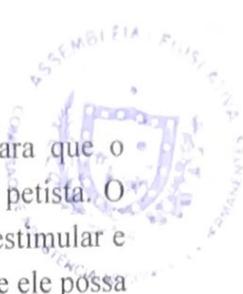
ATA DE REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO PERMANENTE DE, EDUCAÇÃO E CULTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, PARA DEBATER SOBRE O NÃO CUMPRIMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS. REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2023.

Às quatorze horas e cinquenta minutos, do dia dezessete, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e três, no Plenário Deputado José Mariz, sob a Presidência da deputada Cida Ramos (PT), realizou-se a Audiência Pública da Comissão Permanente de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente, com o objetivo de debater sobre "o não cumprimento do piso salarial dos professores do magistério da educação básica nos municípios paraibanos (LEI nº: 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008). "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" a Presidenta deputada Cida Ramos declarou abertos trabalhos da referida Comissão. Ato contínuo registrou as presenças: da deputada Silvia Benjamin (Republicanos) e dos deputados George Moraes (União) e Anderson Monteiro (MDB). Dando sequência, convidou também a deputada Silvia Benjamin para secretariar os trabalhos. Logo após, conclamou a todos os presentes para fazer um minuto de silêncio em homenagem às 700.556 vítimas da COVID, no país. Logo em



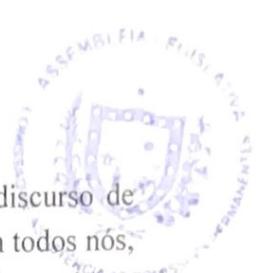
seguida, determinou à Secretária que procedesse à leitura do Expediente em Mesa: Constou no Expediente as seguintes matérias: Requerimento nº.:1.330/2023, de autoria da deputada Cida Ramos, aprovado nesta Casa Legislativa. Após a Leitura do Requerimento, foi procedida a leitura do Edital de Convocação de 30 de março de 2023. Como também as justificativas de ausências dos: deputado Eduardo Carneiro e Ofício do Pres. Nominando Diniz Filho do TCE, citadas naquela ocasião. Dando sequência, realizou-se a composição da Mesa, sendo convidadas as seguintes autoridades: os deputados George Moraes de Anderson Monteiro. O Sr. Tião Santos (Pres. da CUT/PB), Prof. Antônio Arruda (SINTEP/PB), Sr. Senildo Henriques (Pres. do FETAM/PB - Federação dos Trabalhadores em Serviços Públicos do Estado da Paraíba), Sr. Franklin Barbosa (Pres. do SINTAB/PB - Sindicato dos trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema), Sr. Miguel Alves - (Coordenador do Setorial Educação do PT da Paraíba), Lucas Renan (SINDICAP); entre outras autoridades. Também estiveram presentes: o professor José Farias, presidente do Sinfesa (Santa Rita/PB); Sr. Edmilson Pequeno (Pres. do PT de Sapé - PB), Adelson (Pres. do Sindicato de Areal/PB), Dra. Arlenilde, (Auditora Geral da ALPB), entre outras autoridades presentes. Dando continuidade a Presidência iniciou a reunião saudando os gestores públicos, representantes de entidades da categoria e parlamentares. Logo em seguida, em discurso lido, justificou a iniciativa da realização dessa reunião, objetivando discutir o não cumprimento da lei do piso salarial dos profissionais do magistério da educação básica (LEI nº.: 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008) nos municípios paraibanos. Segundo a parlamentar do PT, o Ministério da Educação definiu o novo piso salarial nacional dos professores do magistério da Educação Básica Pública para o exercício de 2023. A portaria definindo o reajuste foi publicada no dia 17 de janeiro no Diário Oficial da União, e assinada pelo ministro da Educação, Camilo Santana. O MEC reajustou o piso em quase 15%, passando para R\$ 4.420 para jornada de 40 horas. O pagamento do Piso Nacional do Magistério é constitucional e fundamental o cumprimento dessa lei por parte dos governantes, argumentou. “Esta audiência pública tem como objetivo sensibilizar os gestores públicos para a necessidade do cumprimento dessa lei, para que possamos, juntamente com o Ministério Público, o Tribunal de





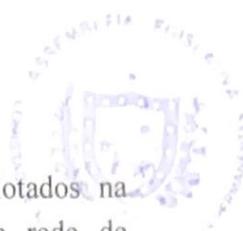
Justiça, e o Governo do Estado fazer um esforço coletivo para que o cumprimento dessa lei seja alcançado”, acrescentou a deputada petista. O deputado George Morais defendeu a importância de “valorizar, estimular e impulsionar os professores a ter as condições necessárias para que ele possa dar o seu melhor em sala de aula”. “É com essa determinação, com essa força de vontade que eu tenho certeza nós parlamentares iremos buscar valorização e respeito a essa categoria tão importante”, disse. A deputada Silvia Benjamin, informou que, apesar de ter assumido o mandato parlamentar na última terça-feira, era Pedagoga, residia em Areal/PB, seu esposo era o prefeito desse município e informou que, desde janeiro o município de Areal vem pagando o valor do piso salarial aos professores, como também aos prestadores de serviços. Entre outras informações colocou o seu mandato parlamentar à disposição de todos da categoria da Educação. O deputado Anderson Monteiro disse, entre outros comentários que, a lei é para ser aplicada a todos e por isso deve ser cumprida. “Precisamos exercer o nosso poder de lutar na hora de lutar, dialogar na hora de dialogar e ser interlocutor na hora que for necessário, para que possamos fazer valer esta lei da melhor forma possível, para valorizar o magistério. A educação é a base de tudo”, reforçou. Dando prosseguimento assomou à Tribuna o Professor Felipe Baunilha, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba (Sintep-PB), após saudação aos presentes, “principalmente as professoras e professores que estão dando aula na rua em vários municípios da Paraíba mostrando que Professor tem que ter essa capacidade de se indignar com as injustiças”, fez uma explanação da importância do cumprimento da LEI nº: 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelecia o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Segundo ele, “é preciso que a lei seja cumprida porque ela garante ganhos reais para os trabalhadores do magistério e corrige esse erro histórico do desenvolvimento do Brasil, que é não investir nos profissionais de educação. “Vários municípios da Paraíba estão desrespeitando isso”, disse. Em seguida comentou que, todos estão nessa luta seja em Bahia seja em Pedra de Fogo Sapé em todos os municípios da Paraíba onde a lei “não está sendo cumprida” uma lei aprovada desde 2008, que já tinha ampla jurisprudência e que tratava da valorização dos profissionais da Educação





no momento que o Brasil se choca com a "consequência do discurso de ódio chegando dentro das escolas e é óbvio que isso dá medo em todos nós, porque escola tem que ser um lugar de Harmonia de convivência um lugar de paz um lugar de educação e violência não combina com escola mas para que a escola seja tudo isso que gente está querendo que ela seja, seria preciso investimento é preciso investimento humano é preciso, valorização dos profissionais de educação e é preciso investimento estrutural e estruturante, então é até difícil a gente se a ter apenas a lei do piso nesse momento quando a gente tem uma série de problemas para resolver na educação pública", asseverou o orador. Logo após fez um relato sobre numa reunião com uma força tarefa do Ministério Público Estadual em defesa da escola pública. Dando continuidade relatou que, teve a oportunidade de ir para Finlândia conhecer um dos mais premiados sistemas de Educação do mundo e lá primeira coisa que se deparou foi com um dos principais pensadores do sistema educacional finlandês inspirado no sistema Paulo Freire. Segundo o orador, o sistema de educação da Finlândia é completamente público. Aqui, após mais de 10 anos lutaram pela construção dessa lei do piso que só se concretizou em 2008 e é uma "lei super simples é uma lei que tem poucos artigos justamente porque o principal da regulamentação da legislação brasileira sobre a educação já está na LDB, mas a lei do piso salarial regulamenta basicamente a valorização dos profissionais em educação, então é na lei do piso que se ratifica um dispositivo que já existe na LDB da garantia de um terço da carga horária dos profissionais de Educação e do Magistério para o planejamento e a lei do piso que regulamenta é isso no artigo segundo é a lei do piso que regulamenta o mecanismo de reajuste salarial do piso do magistério e esse reajuste parte de um pressuposto simples; se aumenta o investimento nos estudantes da rede pública, também aumenta o investimento nos profissionais de educação". Dando continuidade ressaltou que, em audiências públicas anteriores realizadas nesta Casa, foi discutido que o governo do ex presidente Bolsonaro aprovou a Lei nº: 12.476 que possibilitava a utilização de verbas do FUNDEB, para o pagamento de "todos os profissionais da educação", alterando assim, o critério anterior que era pagamento dos profissionais da educação comprovadamente vinculados ao magistério, com formação específica. Asseverou o orador





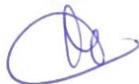
que, esse mecanismo possibilitou que todos os servidores lotados na Secretaria de Educação, profissionais não são vinculados a rede de educação da Paraíba passassem a receber com o dinheiro do FUNDEB, objeto de denúncias por parte dos professores, isso não é ilegal, mas do ponto de vista ético é importante que a administração pública utilize recursos próprios para pagar o seu secretariado. Então essa lei, continuou, fez essa mudança e hoje se deveria estar muito mais atento às prestações de contas no conselho do FUNDEB e realizar um "pente fino" para saber quem é que está recebendo pela educação ou não. Entre outros comentários, comunicou que, na próxima quarta-feira haverá uma grande paralisação nacional para debater sobre a remuneração dos profissionais da educação e a ratificação da lei do piso, porque existem tentativas de alterar essa Lei, fazendo com que ela fique vinculada apenas ao INPC, ou seja, os professores deixariam de ter um reajuste real e passariam somente a ganhar o reajuste da inflação . "O que é acabar com a nossa valorização". Entre outras colocações, concluiu o seu pronunciamento. Retomando a palavra, a deputada Cida Ramos agradeceu as palavras do Orador e ressaltou que, "uma mobilização dessa permite que esse país avance é a nossa mobilização que faz com que a sociedade entenda que para não ter violência dentro da escola é preciso ter um profissional valorizado bem remunerado que tem uma carga horária condizente com a sua saúde física e mental porque não tem condições de professores estarem trabalhando 60 70 80 horas para ter uma remuneração minimamente digna". Ato contínuo agradeceu a "fala qualificada" de Felipe Baunilha e convidou o Senhor Tião Santos da CUT, para assumir à Tribuna. Dando continuidade o Sr. Tião Santos realizou os cumprimentos de praxe e refletiu sobre o fato de que a sessão poderia ser sobre garantia de mais direitos, mas infelizmente ainda estão lutando pelo pagamento de um piso que já é Lei, manifestou sua indignação e criticou a ausência da maioria dos deputados da casa, pediu o encaminhamento de uma articulação a nível nacional, juntamente com o Partido dos Trabalhadores, de modo que os prefeitos que não cumprirem a lei sejam punidos. O Sr. Antônio Arruda saudou os presentes, parabenizou a deputada Cida Ramos pela iniciativa, falou que a maioria dos municípios não estão pagando o piso salarial ao magistério, também refletiu sobre a violência na educação, parabenizou os deputados presentes



REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

pelo apoio a causa e parabenizou o prefeito Aerial pelo cumprimento da lei do piso salarial, criticou a retirada de um artigo que responsabilizava os prefeitos por improbidade administrativa se não cumprissem os pisos salariais. Prosseguindo o Sr. Franklin Barbosa cumprimentos a todos os presentes, convidou Maria da Paz para dividir a fala, iniciou sua fala dizendo que estão aqui para denunciar o não pagamento do piso e cobrar o cumprimento da lei, fez um breve relato histórico sobre a lei do piso, questionou o porque de cidades com grandes arrecadações como Campina Grande não pagarem o piso e cidade pequenas como Aerial realizarem o pagamento. A Sra. Maria da Paz agradeceu a oportunidade e parabenizou a deputada Cida pela iniciativa, falou sobre a insegurança jurídica que estão vivenciando, pediu a Casa que siga o exemplo de outras casas e criem critérios de punições para os chefes do executivo que não cumprirem a lei do piso, criticou o prefeito de Campina Grande por não cumprir a lei, pediu que seja feita uma mobilização política em defesa do piso. Ato Contínuo o Sr. Senildo Henriques saudou a todos, mencionou a ausência de tantos deputados, disse que estão unidos em prol de denunciar os prefeitos que não estão cumprindo a lei, parabenizou os governantes que estão realizando os pagamentos, disse que enquanto servidores e líderes dos sindicatos devem escolher bem os candidatos a vereadores que irão apoiar, disse que estão juntos lutando pelos direitos do trabalhador. O Sr. Miguel Alves lamentou a ausência de grande parte dos deputados, afirmou que todos os avanços que tinham ocorrido na educação brasileira no governo do Partido dos Trabalhadores sofreram um desmonte depois do último governo federal, disse que é necessário que esses direitos sejam retomados, falou da representatividade da deputada Cida enquanto professora e estando a frente dessa luta, pediu um debate posterior para falar sobre o novo ensino médio. Em seguida a Sra. Germana Vasconcelos parabenizou a deputada pela iniciativa, citou Cecilia Meireles e fez um comparativo com a atual luta, disse que a prefeita de Bayeux ainda não pagou a folha de Março, e que os valores pagos são absurdamente baixos, mostrou a evolução da arrecadação do município e salientou que não há justificativa para o desrespeito com os professores, mencionou o pequeno número de servidores efetivos e o a suspensão do concurso, pediu valorização, dignidade e respeito. Em seguida a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Geniel Dantas,

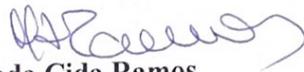
Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Curimataú, onde em tribuna, saudou a todos, falou sobre a atuação do sindicato na sua região, citou algumas cidades vizinhas que não estão sendo pagos os direitos salariais, lamentou a falta de valorização dos professores, explanou que muitos são perseguidos pelos prefeitos quando cobram seus direitos, explicou que alguns municípios estão fazendo contrato de prestação de serviço para não pagar o piso salarial do magistério, desrespeitando assim os professores efetivos dos municípios. Logo após, a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Lucas Venâncio, onde em tribuna, saudou a todos, pediu mais respeito com os professores, ressaltou que todos um dia passaram por um professor, lamentou a falta de valorização da categoria, frisou a desvalorização salarial sofrida atualmente, explanou que muitos municípios não estão respeitando o piso do magistério, relatou que muitos prefeitos estão alegando não possuir orçamento para tal pagamento salarial para a categoria. Dando seguimento, a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Romualdo, onde em tribuna, saudou a todos, comentou que alguns gestores municipais não utilizaram de forma adequada o recurso oriundo do FUNDEB, sendo assim, ainda alegam não terem recurso para pagarem o reajuste do piso salarial, explanou que muitas escolas estão sucateadas, ressaltou que o pleito da categoria não é somente a pauta salarial, mas sim, melhorias no ambiente de trabalho, além do respeito e valorização dos profissionais efetivos, explicou que muitos municípios estão fazendo contrato de trabalho para suprir a necessidade, deixando o concurso público de lado. Na seqüência a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Adelson, Prefeito de Areial, onde em tribuna, saudou a todos, comentou um pouco sobre sua gestão na cidade, frisou que preza pela qualidade do serviço público, portanto, explicou que planeja sua gestão para valorizar o servidor, explanou que o pagamento dos servidores é sempre em dia, ressaltou que mesmo com todos os problemas que o município enfrenta, nunca houve momento de falta de orçamento para cumprir com as obrigações salariais dos servidores, inclusive mencionou que houve aumento nos investimentos para melhorar o ambiente de trabalho da categoria. Em seguida a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Raimundo Miguel, representando o Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Pedras de Fogo, onde em tribuna, saudou a todos, fez um



comparativo entre a educação no País e no mundo, lamentou a falta de respeito e valorização por parte dos gestores municipais, citou alguns percentuais de reajustes que não estão sendo pagos aos professores, explanou que muitos tiveram que judicializar, falou um pouco sobre as dificuldades enfrentadas pela categoria, explicou ser uma luta árdua e contínua, frisou que alguns municípios não estão pagando o piso salarial do magistério. Logo após, a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Darcilene Silva Santos, representando o Sindicato dos Servidores Públicos do município de Alhandra, onde em tribuna, saudou a todos, falou da necessidade da concretização das pautas e reivindicações, explicou que muitas idéias e ações só estão no papel, lamentou a falta de valorização salarial dos professores, explicou que desmotiva toda a categoria, explanou que muitos estão no serviço público por vários anos, portanto, não merecem tal desvalorização. Dando seguimento, a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. José Farias, Presidente do Sindicato dos Servidores e Servidoras Municipais da Educação de Santa Rita, onde em tribuna, saudou a todos, lamentou a falta de valorização do servidor em sua cidade, explanou que o gestor municipal não está cumprindo com os reajustes e piso salarial, explicou que muitos foram prejudicados nas progressões funcionais verticais e horizontais, citou alguns problemas que a cidade enfrenta em relação à educação, mencionou que escolas e creches estão em situação lamentável, frisou a necessidade de diálogo com o poder público para buscar melhorias para a categoria. Na seqüência a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Thiago Teodósio, Presidente da Associação dos Profissionais do Magistério de Sapé e região, onde em tribuna, saudou a todos, citou a obrigatoriedade do pagamento do piso salarial para os servidores, lamentou a falta de compromisso de alguns prefeitos em não cumprir com tal obrigação, frisou a insatisfação da categoria em estar pleiteando algo nesse quesito, justificou que a obrigatoriedade não se deveria discutir, ressaltou a importância da valorização salarial dos professores, repudiou os baixos reajustes que foram implementados nos últimos anos, falou da necessidade da luta diária e a união de todos em busca de melhorias. Logo após, a Sra. Presidente fez a leitura de alguns encaminhamentos, agradeceu a presença de todos e, não havendo mais a acrescentar, declarou encerrada a presente Audiência. Lavrando a presente



Ata, os redatores Suely Pessoa de Luna, Consultor Legislativo, Karla Georgea Castro Silva e Frederico Bezerra dos Santos, Assistentes Legislativos, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 17 de abril de 2023.



Deputada Cida Ramos
Presidenta